



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ATUARIAIS**

CHAINÁ SUZANNY CARVALHO DE SOUSA MOURA

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A APOSENTADORIA SOB A VISÃO DOS
ALUNOS DAS CIÊNCIAS ATUARIAIS, CONTÁBEIS E ECONÔMICAS DA UFPB**

**JOÃO PESSOA-PB
2025**

CHAINÁ SUZANNY CARVALHO DE SOUSA MOURA

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A APOSENTADORIA SOB A VISÃO DOS
ALUNOS DAS CIÊNCIAS ATUARIAIS, CONTABÉIS E ECONÔMICAS DA UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharelado em Ciências Atuariais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof.^a Dra. Anna Paola
Fernandes Freire.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M929e Moura, Chainá Suzanny Carvalho de Sousa.

A educação financeira e a aposentadoria sob a visão dos estudantes das Ciências Atuariais, Contábeis e Econômicas da UFPB / Chainá Suzanny Carvalho de Sousa Moura. - João Pessoa, 2025.

54 f. : il.

Orientação: Anna Paola Fernandes Freire.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Educação Financeira. 2. Aposentadoria. 3. Discentes de Ciências Atuariais. 4. Discentes de Ciências Contábeis. 5. Discentes de Ciências Econômicas. I. Freire, Anna Paola Fernandes. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 368

CHAINÁ SUZANNY CARVALHO

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A APOSENTADORIA SOB A VISÃO DOS
ALUNOS DE CIÊNCIAS ATUARIAIS, CONTÁBEIS E ECONÔMICAS DA
UFPB**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de bacharel em Ciências atuariais, e aprovada em sua forma final pela banca examinadora designada pela coordenação do curso de Ciências atuariais da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, 07 de maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente
ANNA PAOLA FERNANDES FREIRE
Data: 08/05/2025 10:13:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente: Professor(a) Dr(a) Anna Paola Fernandes Freire (orientador)

Instituição: UFPB

 Documento assinado digitalmente
SHEILA SAYURI KATAOKA
Data: 08/05/2025 19:59:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro: Professor(a) Dr(a) Sheila Sayuri Kataoka

Instituição: UFPB

 Documento assinado digitalmente
VERA LÚCIA CRUZ
Data: 08/05/2025 19:41:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro: Professor(a) Dr(a) Vera Lúcia Cruz

Instituição: UFPB

Dedico este trabalho ao meu Deus, todo poderoso, por sempre me manter firme e focada, a minha mãe Rosângela Carvalho, a minha tia Alessandra Carvalho e a minha família por todo apoio e dedicação na minha criação e educação.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por ter me permitido chegar até aqui com tantas inseguranças e limitações, superei as adversidades e estou concluindo essa etapa na minha vida que tanto sonhei em realizar que era a conclusão da minha graduação.

Agradeço a minha mãe Rosângela Carvalho que sempre me apoiou no meu estudo e me deu tudo que tenho e os valores que adquiri na vida. Devo agradecer a minha tia Alessandra Carvalho que sempre foi uma segunda mãe para mim e sempre me apoiou nos momentos que mais precisei e sempre me deu suporte. Também cito a minha avó Ivonice Carvalho que sempre foi uma mulher batalhadora e que venceu muitos desafios na vida e é um reflexo de superação para mim.

Devo agradecimentos a professora orientadora Anna Paola pelas dicas e correções do trabalho até esta etapa e as professoras Sheila Kataoka e Vera Lúcia pelas contribuições na banca examinadora e nas dicas dadas no TCC 1. Também cito os grupos de estudos no início do curso com colegas de classe que ajudaram bastante em várias matérias mais complicadas.

Além disso, fico muito agradecida pelas contribuições durante o curso dos professores Luiz Carlos, Herick cidarta, Mirza e tantos outros que ensinaram cadeiras muito importantes durante toda a trajetória do curso.

“No meio da dificuldade encontra-se a oportunidade”

Albert Einstein

RESUMO

Esta pesquisa teve como principal objetivo identificar a educação financeira e a aposentadoria sob a visão dos alunos de Ciências Atuariais, Contábeis e Econômicas da UFPB. Para a concretização desta pesquisa foram aplicados 184 questionários presenciais e 82 questionários respondidos *online* por meio do *Google forms* somando um total de 266 questionários com perguntas sobre o perfil dos alunos, conhecimento dos alunos sobre educação financeira e previdência, bem como se eles realizam a formação de reserva monetária para o futuro e se conhecem os investimentos que podem ser usados para contribuir para a aposentadoria. Os resultados mostram que os alunos não possuem conhecimento sobre a educação financeira e previdenciária já que 48% não possuem conhecimento sobre o que é um plano de previdência privada como o PGBL e VGBL, além disso quando foi questionado aos respondentes se eles conheciam outros investimentos diferentes dos que foram citados a maioria da amostra com 45% não responderam a pergunta aberta, e quando foi questionado se os alunos faziam algum investimento 40% revelou não guardar dinheiro para isso, os alunos também eram imediatistas só pensavam em formar reserva para aposentadoria quando possuir mais estabilidade com 51% da amostra. Foi possível concluir que a falta de políticas públicas para que sejam inseridas desde a infância nas escolas causam a falta desse conhecimento e medidas podem ser tomadas para atenuar a problemática como as instituições públicas criarem projetos para desenvolver os alunos bem como os projetos de extensão.

Palavras-chaves: Educação financeira. Aposentadoria. Alunos de Ciências Atuariais, contábeis e econômicas.

ABSTRACT

The main objective of this research was to identify financial education and retirement from the perspective of students of Actuarial, Accounting and Economic Sciences at UFPB. To carry it out, 184 face-to-face questionnaires and 82 questionnaires answered online through Google forms were applied, adding up to a total of 266 questionnaires with questions about the students' profile, students' knowledge about financial education and pensions, as well as whether they form a monetary reserve for the future and whether they know the investments that can be used to contribute to retirement. The results show that the students do not have knowledge about financial and social security education since 48% do not have knowledge about what a private pension plan such as PGBL and VGBL is, in addition when the respondents were asked if they knew other investments different from those mentioned the majority of the sample with 45% did not answer the open question, and when asked if the students made any investments, 40% revealed that they did not save money for it, the students were also short-sighted, they only thought about forming a retirement reserve when they had more stability, with 51% of the sample. It was possible to conclude that the lack of public policies for them to be inserted from childhood in schools causes the lack of this knowledge and measures can be taken to mitigate the problem, such as public institutions creating projects to develop students, as well as extension projects.

Key-words: Financial education. Retirement. Students of Actuarial, Accounting and Economic Sciences.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Renda familiar.....	34
Gráfico 2 – Quanto você poupa da renda?.....	34
Gráfico 3 – Nível de conhecimento.....	35
Gráfico 4 – Nível de conhecimento.....	35
Gráfico 5 – Nível de conhecimento.....	36
Gráfico 6 – Planos de previdência.....	36
Gráfico 7 – Investimentos do mercado financeiro.....	37
Gráfico 8 – Respostas sobre os investimentos.....	38
Gráfico 9 – Nível de conhecimento.....	38
Gráfico 10 – Reserva financeira.....	39
Gráfico 11 – Importância de reserva.....	39
Gráfico 12 – Formação de reserva.....	40
Gráfico 13 – Plano para a aposentadoria.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de alunos respondentes do CCSA da UFPB.....	30
Tabela 2 – Percentual de respondentes por curso.....	31
Tabela 3 - Período do Respondente.....	32
Tabela 4 – Gênero dos Estudantes.....	32
Tabela 5 – Idade dos Respondentes.....	33
Tabela 6 – Cor/Raça.....	33
Tabela 7 – Renda Familiar.....	33
Tabela 8 – Conhecimento sobre os investimentos do mercado financeiro.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil

CAP - Caixa de Aposentadoria e Pensão

CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CDB - Certificado de Depósito Bancário

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IRPF - Imposto de Renda de Pessoa Física

LCA - Letra de Crédito de Agronegócio

LCI - Letra de Crédito Imobiliário

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre

RGPS - Regime Geral de Previdência Social

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social

RPC - Regime de Previdência Complementar

Susep - Superintendência de Seguros Privados

TR - Taxa Referencial

VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Justificativa	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Previdência Social	14
2.1.1 Regime Próprio da Previdência Social (RPPS)	15
2.1.2 Regime Geral da Previdência Social (RGPS).....	16
2.1.3 Fundo de Previdência Privada.....	17
2.1.3.1 Previdência Complementar.....	17
2.1.3.2 Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL)	18
2.1.3.3 Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)	19
2.1.4 Tipos de Investimento para a Aposentadoria.....	20
2.2 Educação Financeira	24
2.2.1 A Educação Financeira para os Universitários	25
3. ESTUDOS ANTERIORES	25
4. METODOLOGIA	29
4.1 Procedimento de Coleta de Dados	30
4.2 Resultados.....	31
5. CONCLUSÃO	42
5.1 Limitações.....	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE.....	49

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira não está associada apenas ao fato de calcular receitas e despesas, ela está ligada a forma como se compreende o dinheiro, além disso é saber o que se ganha, como investir o recurso, e como economizar, garantindo, assim, a estabilidade financeira no longo prazo (Arcuri, 2018). Para colaborar com essa definição o autor Souza et.all (2013) descreve esse conceito como sendo uma forma de prover os conhecimentos sobre os comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e das comunidades.

Além disso, ele cita que a educação financeira pode ser usada como instrumento de auxílio na gestão de recursos e pode contribuir para o gasto de forma consciente para evitar o consumismo compulsivo, utilizar o crédito com precaução para evitar contrair dívidas, fazer um planejamento das finanças pessoais e familiares, poupar para evitar imprevistos futuros e desempenhar uma boa gestão financeira pessoal. Porém a educação financeira não é ensinada nas escolas ou pelas famílias desde cedo e isso contribui para a falta de conhecimento na área e somado a isso faltam o incentivo de políticas públicas que modifiquem essa realidade.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Comissão de Valores Mobiliários (OCDE & CVM, 2005), os programas de educação financeira devem abordar questões de grande ênfase e devem envolver temas importantes, como planejamento financeiro, poupança, gestão de dívidas, noções básicas de economia e matemática financeira. O autor também ressalta que é necessário conscientizar os trabalhadores sobre avaliarem a adequação financeira de seus regimes de previdência pública e privada e a tomarem medidas apropriadas, quando necessário, para que, no fim da vida ativa, seja possível gozar de forma plena a sua aposentadoria.

Para Ferreira (2010, p. 178) a aposentadoria é um “[...] estado de inatividade de funcionário público, ou funcionário de empresa particular, ao fim de certo tempo de serviço, com determinado vencimento”, ou seja, um valor que será recebido pelo beneficiário após determinado período de contribuição.

Perante tal contexto, foi levantado o seguinte problema de pesquisa: Qual é o conhecimento sobre educação financeira e previdenciária dos alunos dos cursos das Ciências Atuariais, Contábeis e Econômicas da UFPB?

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender o conhecimento sobre a educação financeira e previdenciária sob a visão dos alunos dos cursos das Ciências Atuariais, Contábeis e Econômicas da UFPB.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar o conhecimento geral sobre a educação financeira e previdenciária;
- b) Analisar como a educação financeira influencia no planejamento para a aposentadoria
- c) Analisar a forma como os estudantes dos cursos de ciências atuariais, contábeis e econômicas se preparam financeiramente para o futuro.
- d) Observar o conhecimento dos alunos em relação a previdência privada.

1.3 Justificativa

A sociedade brasileira não tem o hábito de economizar dinheiro, e de acordo com dados revelados pelo Banco Central do Brasil, em março de 2023 havia 15,1 milhões de endividados de risco no Brasil. Considera-se endividado de risco o tomador de crédito que atende simultaneamente a dois ou mais dos critérios relacionados a seguir: inadimplência, comprometimento da renda mensal com o pagamento de dívidas acima de 50%, exposição simultânea a cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo, e renda disponível mensal (após o pagamento de dívidas) abaixo da linha de pobreza (Bacen,2023). O autor Destefani (2015) afirma que a falta de informação sobre a educação financeira ocasiona em um elevado índice de famílias com insolvência financeira. De maneira complementar a isso Pinheiro (2008) enfatiza que uma boa alfabetização financeira

pode auxiliar as crianças a saberem o valor do dinheiro e poupar, e na fase adulta o indivíduo pode saber planejar melhor como comprar imóveis, investir na faculdade dos filhos e até mesmo se preparar financeiramente para a sua aposentadoria.

A presente pesquisa justifica-se, haja vista que pode, por meio dos seus resultados, trazer para a comunidade acadêmica da UFPB o nível de conhecimento sobre a relevância da formação de reserva monetária para ser utilizada após a aposentadoria, dada a base da educação financeira. Associado a isso, a pesquisa pode apresentar resultados que ajudam a academia, a tomada de decisão, a sociedade é benéfica para o conhecimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para que sejam abordados os elementos principais do tema aos quais esse estudo se propõe, se faz necessário realizar uma pesquisa sobre a Previdência Social, tipos de investimento para a aposentadoria, e educação financeira.

2.1 Previdência Social

Em 1822 no início do império brasileiro, a definição de previdência social era completamente oposta à que se vê atualmente, nesse período o benefício só era concedido para quem detinha influência na sociedade. A primeira instituição previdenciária do Brasil foi realizada através do decreto imperial Montepio de economia, em 1935, no qual os primeiros beneficiados foram os servidores do ministério da Economia e eles faziam contribuições com a previdência para ter direito a esse incentivo. Apenas em 1923 que a previdência foi sendo reformulada até se tornar como conhecemos atualmente. A Lei Eloy Chaves foi o marco inicial para isso e foi responsável pela criação de uma caixa de aposentadoria e pensão (cap) para os ferroviários. (Santana, Santos, Leme; 2022)

Com a adoção da Constituição Federal em 1988, foi garantido ao cidadão o direito à aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição trazendo uma segurança financeira para o futuro no qual o cidadão não estará mais na fase laboral. As pessoas que não estivessem exercendo atividade remunerada nesse

período poderiam contribuir para a previdência como autônomas. (Santana, Santos, Leme; 2022).

A Carta Magna de 1988, afirma que a previdência social é uma espécie da seguridade social, e com a constituição de 1988 a previdência social se transformou em um tipo de proteção social que é feita através da contribuição dos trabalhadores como um tipo de condição de amparo para o futuro. como é exemplificado no artigo 201: *“A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei”*.

Já para Torres (2012) a previdência social é definida como sendo um pilar da técnica de proteção social que provoca o distanciamento das necessidades sociais que ocorrem devido às contingências sociais.

Logo, a previdência nada mais é do que uma poupança obrigatória que existe para garantir ao trabalhador no futuro uma reserva financeira ao fim de sua vida ativa. Existe três regimes da previdência social que são o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), o Regime de Previdência Complementar (RPC) e o Regime Geral de Previdência Social. (Torres, 2012).

2.1.1 Regime Próprio da Previdência Social (RPPS)

O Regime Próprio incide sobre os servidores efetivos e é estabelecido no âmbito dos entes federativos e asseguram a seus servidores os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, é de filiação obrigatória e deve ser custeado pelo ente federativo mediante contribuição previdenciária. (Programa bem-estar financeiro). Com critérios estabelecidos nos artigos. 40, 42 e 142 da CF, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foi presidido pela Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, que definiu regras gerais para composição e o funcionamento da previdência dos servidores públicos da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos Militares dos Estados e do Distrito Federal. Tendo os critérios constitucionais determinado pela CF de 1988 e pelas EC n.º: 20, de 15 de dezembro de 1998, 41, de 19 de dezembro de 2003 e 47, de 06 de julho de 2005. (Brasil, 2009).

Art.40: O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

2.1.2 Regime Geral da Previdência Social (RGPS)

De acordo com o Governo Federal (2022) o Regime Geral é aquele que tem a maioria dos trabalhadores da iniciativa privada e é administrado pelo INSS, ou mesmo no setor público, quando não estejam filiadas à regime próprio. É também obrigatório (quem exerce atividade remunerada deve estar filiado/a), nacional (as mesmas regras valem em todo o país) e público.

No RGPS/INSS, o pagamento dos atuais aposentados é financiado através das contribuições dos trabalhadores em idade ativa, ocorrendo um auxílio entre gerações. No entanto, quando os trabalhadores de hoje conquistarem a sua aposentadoria, novos trabalhadores irão surgir e contribuir para o pagamento desses benefícios e assim por diante. Essa é a definição para o regime simples que é um acordo entre as diferentes gerações e garantido pela Constituição Federal de 1988. (Governo Federal, 2022).

Um exemplo para contextualizar de acordo com o Governo Federal (2022) é de um homem que atualmente tem 30 anos, ele é um trabalhador que contribui como trabalhador formal para a previdência, ele não está contribuindo apenas para a sua aposentadoria, como é um acordo entre gerações, logo ele também contribuirá para o seu avô aposentado. Mesmo que nesse momento as contribuições dele sejam utilizadas para pagar os atuais aposentados, no futuro ele estará assegurado quando sair de sua vida laboral, a ter a sua aposentadoria, bem como pode fazer a adoção de previdência complementar ou investir em outros ativos que tragam para ele uma reserva financeira maior no futuro.

Os principais benefícios do RGPS são a aposentadoria por idade, que é um benefício concedido ao segurado do RGPS/INSS que atinge determinada idade mais avançada. Para os trabalhadores urbanos, a idade de acesso ao benefício é de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres. Para os trabalhadores rurais, ela é de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres, a aposentadoria por incapacidade permanente em casos de acidente ou doença, a aposentadoria

especial que é concedida para o trabalhador que exerce suas atividades com exposição a agentes nocivos à saúde, podendo ser agentes físicos, químicos ou biológicos, o auxílio reclusão que é devido aos dependentes de pessoa segurada de baixa renda recolhida à prisão, durante o período em que estiver presa em regime fechado, além do salário-maternidade e salário família, e por último a pensão por morte.

2.1.3 Fundo de Previdência Privada

2.1.3.1 Previdência Complementar

No Brasil a previdência social ocorreu de maneira desigual e com regimes de benefícios diferenciados, mesmo com a criação do INPS alguns segmentos da população permaneceram sem cobertura da previdência. A heterogeneidade acentuada, os altos índices de informalidade e rotatividade promoveram o movimento de extensão da proteção previdenciária. A constituição de 1988 trouxe mudanças no que diz respeito a criação de um sistema integrado de seguridade social. Ela trouxe incentivos ao trabalhador rural que virou um “segurador especial” e instituiu um plano de benefício para todos os trabalhadores tendo sido fixado o piso no valor de um salário-mínimo indexado aos níveis correntes de inflação. (Nese, Arlete, Giambiagi; 2019).

Em 1993, foi realizada uma revisão constitucional na Câmara Federal e foi instalada uma Comissão Especial para Estudo do Sistema Previdenciário, e foi constatada a necessidade de ajustar as fontes de financiamento da previdência e definir um sistema misto. Diante disso foram realizados diversos seminários que buscavam promover alternativas privadas ao sistema previdenciário diante de sua crise. Com isso, defendia-se a criação de um sistema complementar privado para os trabalhadores com remuneração superior a três salários-mínimos. (Nese, Arlete, Giambiagi; 2019).

Muitas emendas e reformas foram realizadas no sistema previdenciário, a inserção de medidas restritivas acentuou o caráter híbrido e fragmentado do sistema previdenciário, tornando seu pilar privado mais atrativo para diversas categorias profissionais. A previdência complementar foi regulamentada no final da década de 1970 sob o regime militar. (Jardim,2009)

Por isso, a previdência complementar no Brasil tem a presença desde a capitalização até os benefícios de RGPS e RPPS, possui planos em sua maioria na modalidade de contribuição definida. A previdência complementar se divide em duas principais categorias: as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), sem fins lucrativos (conhecidas como fundos de pensão), podendo ser instituídas por empresas (patrocinadores público ou privado) e/ou por pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial (instituidores); e as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPCs), com fins lucrativos, atuando no mercado de previdência privada os planos oferecidos por essas entidades (seguradoras e bancos) são obrigatoriamente de capitalização individual. (Nese, Arlete, Giambiagi; 2019).

2.1.3.2 Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL)

O objetivo principal deste plano é conceder benefícios previdenciários que incidem sobre a totalidade de custo a ser resgatado ou recebido através de uma renda, o investidor nesse plano terá um retorno de médio e longo prazo. O investidor escolhe o valor e a frequência de seus tributos. Em consoante com a Superintendência de Seguros Privados (Susep), o PGBL é uma previdência complementar aberta que ocorre antes de um intervalo, no qual, é arrecadado os recursos que proporcionam uma renda mensal vitalícia ou pagamento único. No evento do PGBL, os participantes que utilizam o modelo completo de Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF podem reduzir os tributos do exercício, no limite máximo de 12% (doze por cento) de sua renda bruta anual. (Nese, Arlete, Giambiagi; 2019).

Nese e Giambiagi (2019) destacam que o principal público-alvo que utiliza esse tipo de plano são os que realizam declaração de IR completa e os que realizam contribuições ao Regime Próprio e Regime Geral de Previdência Social, na fase do diferimento deduzem as contribuições em até 12%, já na fase do recebimento do benefício ocorre a incidência da alíquota do regime tributário sobre o valor, e por último a rentabilidade dos investimentos não ocorre a incidência de IR.

O PGBL se divide em três principais modalidades que são: o PGBL soberano que é aquele no qual o fundo aplica 100% dos recursos em títulos de renda fixa com

risco próximo a zero, o PGBL renda fixa que é aquele que se caracteriza por ser 100% em títulos de renda fixa, públicos ou privados. E por último temos o PGBL composto que aplica até 49% dos seus recursos em renda variável, o seu risco é maior. (Nese, Arlete, Giambiagi; 2019).

Ademais, não podemos esquecer de mencionar a taxa administrativa e de carregamento que são importantes para a manutenção do plano, a primeira é cobrada sobre o patrimônio do fundo e varia entre 1,5% e 5% ao ano, é uma remuneração pela gestão do fundo para cobrir despesas como emissão de extratos e os resgates. E a segunda, é cobrada no ato da aplicação, é usada para cobrir custos como a venda de planos e para envios de documentos obrigatórios. E oscila entre 1% a 5%. (Nese, Arlete, Giambiagi; 2019).

2.1.3.3 Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)

O VGBL é um seguro de pessoa com cobertura por sobrevivência, é um investimento que não possui garantia de remuneração mínima, por isso pode resultar em um retorno positivo ou negativo. (VGBL- Susep, 2022)

De acordo com o Ministério da Fazenda:

“Os prêmios e tributos pagos a planos VGBL não devem ser diminuídos na Declaração de Ajuste Anual do IRPF e, por isso, este tipo de plano é mais correto para os consumidores que utilizam o modelo simplificado de Declaração de Ajuste Anual do IRPF ou aos que já excederam o limite de 12% (doze por cento) da renda bruta anual para efeito de redução dos prêmios e almeja contratar um plano de tributos para complementação de renda”. (Ministério da Fazenda, 2022)

Em conformidade com Nesse e Giambiagi (2019) o público-alvo que utiliza o VGBL são aqueles que realizam declaração de IR de forma simplificada ou são isentos de IR, em relação a fase do diferimento a incidência ocorre somente sobre o valor do rendimento obtido com o investimento do plano no momento do resgate. Na fase de recebimento do benefício ocorre a incidência da alíquota do regime tributário definido somente sobre o valor do rendimento obtido com o investimento do plano,

no recebimento do benefício, e por último na fase de rentabilidade dos investimentos no diferimento não há incidência de IR.

Seguindo o que foi exposto pelo autor, quando segregamos os dois planos VGBL e PGBL, vemos que o VGBL é o produto que obteve maior evolução, ele tem a maior parte dos investimentos previdenciários, em 2008 ele representava 64% e dez anos depois já correspondia a 82%. (Nese, Giambiagi; 2019)

A previdência aberta contribuiu para o crescimento da reserva previdenciária no país. Ocorre que, com a estabilidade da moeda, oriunda das políticas macroeconômicas introduzidas pelo Plano Real, em 1994, a previdência aberta deixou de ser apenas um complemento da previdência social. Outro importante aspecto que deve ser citado é que os produtos oferecidos na previdência aberta não estão limitados apenas a investimentos com a previdência, mas podem ser usados em outros investimentos de longo prazo como, por exemplo, os casos em que um responsável financeiro contrata um PGBL ou VGBL em nome de um filho ou dependente financeiro visando acumular recursos para garantia da educação no futuro. (Nese, Giambiagi; 2019)

2.1.4 Tipos de Investimento para a Aposentadoria

A) Tesouro Direto

É caracterizado como sendo uma plataforma onde é disponibilizado títulos públicos federais que são exemplos de renda fixa e possuem alto nível de segurança para o investidor. Ele foi criado para expandir os investimentos para todos os perfis, ele consiste em um empréstimo para o Governo Federal. Desse modo, a pessoa recebe juros pelo dinheiro emprestado em um prazo estabelecido. (Brito,2022)

De acordo com Brito (2022, p.20), o tesouro direto é definido como:

“Operação de investimento que permite a compra e venda de títulos da dívida pública do governo brasileiro, pela Internet, sem pagamento de taxa de administração. Há apenas a taxa de custódia de 0,3% ao ano e taxas cobradas pelas corretoras. A liquidez é diária e ocorre tributação conforme tabela regressiva do IR e IOF. Apresenta boas possibilidades de formação de poupança futura”.

Os títulos públicos comercializados no tesouro direto podem ser prefixados ou pós-fixados, os primeiros têm rentabilidade fixa, predeterminada quando do investimento, sendo certo seu valor no momento do resgate, são importantes opções de investimento quando se acredita que os juros irão cair. O último é definido no futuro, e são atrelados a juros, contendo componente de inflação futura e juros reais na sua formação (BRITO, 2022).

Segundo Ferreira (2015, p.10) o tesouro direto foi criado em 2002, como forma de criação de fundos de poupança de longo prazo para as pessoas físicas usufruírem diretamente das vantagens na aplicação nos títulos públicos, ele surgiu com seis tipos de aplicações principais:

- 1- Letras do Tesouro Nacional (LTN): Tem modalidade prefixada, e remuneração com taxa fixa de juros.
- 2- Letras Financeiras do Tesouro (LFT): Tem modalidade pós-fixada, e remuneração com taxa selic.
- 3- Notas do Tesouro Nacional série B Principal (NTN-B PRINCIPAL): Tem modalidade pós-fixada, e remuneração com taxa fixa de juros e IPCA.
- 4- Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B): Tem modalidade pós-fixada, e remuneração com taxa fixa de juros e IPCA.
- 5- Notas do Tesouro Nacional série F (NTN-F): Tem modalidade prefixada, e remuneração com taxa fixa de juros.
- 6- Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C): Tem modalidade pós-fixada, e remuneração com taxa fixa de juros e IGP-M.

B) Letras de Crédito

As letras de crédito possuem uma vantagem em relação aos outros investimentos que é o fato dele não possuir a incidência de tributação, conforme citado por Ferreira (2015) a “LCI não retém Imposto de Renda, apesar de que a sua maior comercialização ocorre oferecendo baixo percentual do CDI para o seu comprador”. Existem dois tipos: a letra de crédito imobiliário (LCI) e a letra de crédito agropecuária (LCA). São definidos por serem títulos emitidos por bancos que possuem a intenção de absorver o dinheiro no mercado e investir em imóveis ou no setor de agronegócios. Geralmente, a rentabilidade destes investimentos está atrelada ao CDI, que é um dos índices utilizados nos investimentos de renda fixa, garantindo um investimento seguro e estável. Além disso, assim como os CDBs,

possuem FGC (Fundo Garantidor de Crédito) que dão ainda mais estabilidade e segurança ao investidor.

C) Aplicação em Ações:

É o tipo de renda variável mais comum e são emitidas pelas sociedades anônimas de capital aberto e que dão aos investidores uma participação no capital social da empresa. Elas podem ser ordinárias (ON) ou preferenciais (PN). As ordinárias dão ao investidor o direito de participar e votar nas assembleias de acionistas, já as preferenciais dão preferência ao investidor no recebimento de dividendos. (BMF&Bovespa,2016)

Em concordância com o que foi dito por Assaf Neto (2021) a menor parcela (fração) do capital social de uma sociedade anônima constitui o que chamamos de ações. São valores distribuídos aos acionistas de acordo com a participação efetivada. Elas podem ser divididas em três principais espécies: Ordinárias são aquelas que têm como atributo principal o direito de voto, podendo, assim, ter poder nas decisões de uma empresa. Já as preferenciais, possuem benefício no recebimento dos dividendos, com a fixação de um dividendo mínimo obrigatório.

E por último, a de fruição que ocorre quando a empresa opta por repartir com seus acionistas quantias, expressas em ações, que lhes caberiam em caso de dissolução da companhia. Esses valores mobiliários têm certa participação nos lucros executados pela empresa. As ações de gozo ou fruição são inseridas em negociação na bolsa de valores, mostrando interesse apenas aos fundadores da companhia. (Assaf Neto, 2021)

No mercado financeiro, os três tipos de investidores são o conservador, moderado e arrojado. O perfil conservador tem por fator primordial não se comprometer com as suas decisões em aplicações, por isso, aplica as suas reservas financeiras em produtos financeiros de baixo risco. Porém, para tentar ganhos maiores, pode aplicar uma pequena parte em produtos com riscos diferenciados, para que se tenham estes ganhos em longo prazo. O perfil moderado, por sua vez, quer resguardar a sua segurança com as suas aplicações, porém também precisa diversificar, e faz aplicações em outros produtos de investimento mesmo que obtenham um risco maior, desde que proporcionem maiores ganhos em longo prazo. (Banco do Brasil,2019).

E em seguida, tem-se o perfil arrojado que visa alcançar possibilidades de ganhos a longo prazo, e está mais disposto a passar por instabilidades e riscos. Para realizar a proteção das suas reservas monetárias e evitar grandes perdas, o adequado é aplicar uma parte dos seus investimentos em produtos financeiros de baixo risco para diversificação. (Banco do Brasil, 2019).

D) Aplicação em Poupança

A poupança é uma aplicação de renda fixa e ela é acessível a todos, a vantagem em obter uma consiste no fato dela ser isenta de custas e não ocorrer a incidência de tributos, além de, ter uma boa liquidez, e possui garantias em caso de o banco declarar falência. O rendimento da poupança tem como métrica a taxa referencial (TR), se a taxa da Selic for maior que 8,5% ao ano, o rendimento irá incidir sobre 0,5% ao mês, mas a variação da TR. Entretanto, se ela for igual ou menor que 8,5% ao ano, o rendimento incide sobre 70% da Selic somada a variação da taxa referencial. (Assaf Neto, 2021)

Alguns pontos negativos do investimento em poupança é que ele oferece a pior rentabilidade se comparado com outros investimentos como CDB, LCI E LCA, título público e fundo de renda fixa, além de que ele não rende lucro. No entanto, algumas pessoas ainda preferem investir na poupança somente para deixar o dinheiro ali parado, como uma forma de deixar guardado, sem muita pretensão de ter um rendimento alto. Mas ainda é o mais procurado no mercado devido a sua facilidade de obtenção, aliado ao fato dos investidores serem mais conservadores e não acharem rentável investir em outras aplicações. (Assaf Neto, 2021)

Diante da afirmação de Assaf Neto, 2021 a reserva financeira é uma fração da renda economizada pelos agentes da economia que não foram aproveitadas na obtenção de bens e serviços. É a transferência da capacidade de consumo diante de uma expectativa de maiores despesas no futuro, são os recursos que restam para financiar os investimentos internos e externos líquidos. Uma baixa capacidade de poupança por parte da população, limita o crescimento da economia. Mas, é importante salientar que a formação de reserva pela redução do consumo não resulta, necessariamente, no crescimento da economia. É necessário que esses recursos sejam permitidos, por meio de instrumentos financeiros corretos, para o financiamento dos investimentos. Se a reserva não for orientada pelo sistema

financeiro aos agentes deficitários de capital para investimento, não irá ocorrer a apuração de geração de riqueza na economia, somente redução do consumo e da renda nacional. (Assaf Neto, 2021).

2.2 Educação Financeira

O conceito da educação financeira conforme a OCDE (2005) é de que ela é um processo no qual o indivíduo se torna capaz de melhor gerir o dinheiro, a fim de tomar decisões com maior volume de informação e com mais qualificação sobre o que fazer com os próprios recursos.

Quando se fala sobre educação financeira no Brasil deve-se citar as leis que regem ela, que são as Leis de diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996), nelas é relatado que o princípio da educação é um compromisso tanto da família quanto do Estado, e, ditado nos princípios de liberdade nos ideais de solidariedade humana, tem como objetivo o desenvolvimento do educando e sua preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

A educação financeira não está apenas ligada a calcular valores para receitas e despesas, conforme foi lido na Cartilha da Pessoa Física: Planejamento e Controle Financeiro Pessoal do SEBRAE (2019), ela vai muito além disso, e repercute que a educação financeira é conceituada com o que você ganha, como gasta o seu dinheiro, como faz planejamento financeiro e com que ativos investe o seu dinheiro a fim de melhorar a sua qualidade de vida. Portanto, é importante que o conhecimento sobre educação financeira comece nas escolas para que no futuro os indivíduos se tornem mais conscientes sobre as questões financeiras em sua vida. Meneghetti et al. (2017) compartilham sobre essa concepção, ao considerarem que a educação financeira é um elo frágil da política financeira, e por isso é necessário que as pessoas tenham um conhecimento profundo sobre finanças e que possuam acesso aos produtos financeiros. Conforme é elucidado pelos autores, a alfabetização financeira deve ser ministrada nas escolas para que os jovens saiam da escola com um bom conhecimento sobre planejamento financeiro e possam pagar as suas

dívidas, realizando no futuro boas reservas financeiras e investimentos para a sua aposentadoria.

2.2.1 A Educação Financeira para os Universitários

Os estudos realizados comprovam uma correlação positiva entre escolaridade e o nível de entendimento acerca do planejamento orçamentário. No entanto, mesmo o nível de educação financeira sendo mais elevado entre a comunidade acadêmica, eles ainda possuem um conhecimento limitado sobre finanças pessoais. (CHEN e VOLPE,1998; POTRICH, VIEIRA E CERETA, 2013).

De acordo com Leal e Melo (2007) a habilidade em aplicar os recursos é exclusiva aos estudos de nível superior nas áreas de Contabilidade, Administração, Economia e nas experiências vivenciadas profissionalmente. Os discentes que não estão inseridos nas áreas citadas podem não ter oportunidades de formar conhecimentos financeiros que os auxiliem em suas decisões e facilite seu planejamento orçamentário.

Reforçando o que foi dito por Leal e Melo (2007), a mudança da escola para a universidade também pode ser afetada por causa da falta de conhecimentos financeiros. Alunos que optam por cursar Atuária, Contabilidade e Economia poderão ter dificuldades no aprendizado das disciplinas referentes à área financeira por terem aprendizados limitados sobre alfabetização financeira na escola.

3 ESTUDOS ANTERIORES

Facioni e Afonso (2020) realizaram uma pesquisa e a parte do estudo referente a fundamentação teórica explana sobre a literatura internacional, e observa como a educação financeira se comporta pelo mundo, nos estudos de Facioni e Afonso, 2020 o objetivo principal foi analisar a relação entre a educação financeira e as decisões relativas à aposentadoria. Encontrou-se que as mulheres têm menor índice de acerto nas questões sobre educação financeira. A metodologia usada visou compreender as decisões relativas à aposentadoria e a respectiva relação com elementos da educação financeira no Brasil, foi desenvolvido um questionário, com

20 questões, dividido em três seções. A primeira seção contém oito questões relativas à preparação para aposentadoria. A segunda seção é composta por três questões contendo elementos típicos da educação financeira: juros, inflação e investimentos. Por fim, a terceira seção traça o perfil do entrevistado por meio de sete questões relacionadas às variáveis socioeconômicas e demográficas: gênero, idade, escolaridade, estado civil, região geográfica, ocupação e faixa de renda. Os resultados obtidos mostram que 47% da amostra estudada tem um bom conhecimento, enquanto 25% avaliam como muito bom o seu desempenho. Provavelmente estas elevadas porcentagens estão relacionadas ao fato de a amostra não ser representativa da população brasileira, visto que o público-alvo era composto por indivíduos altamente escolarizados, da área de negócios: 55% possuem doutorado, 28% têm mestrado, 14% são graduados e apenas 3% têm como maior grau de escolaridade completo o ensino médio. Comparando a variável socioeconômica com a educação financeira o estudo viu que os homens apresentaram melhor desempenho nas questões de educação financeira em comparação às mulheres: 25% dos homens acertaram todas as questões, enquanto apenas 13% das mulheres tiveram o mesmo desempenho, sendo a diferença de médias estatisticamente significativa a 1%. A conclusão do estudo mostra que o índice de educação financeira foi de 0,61. Por outro lado, em conformidade com os achados de Lusardi e Mitchell foram verificadas diferenças no conhecimento financeiro por gênero e idade. Mais uma vez, encontrou-se que mulheres acertam menos questões. Já com relação a idade, não foi identificado o padrão de U invertido encontrado pelas autoras. Destaca-se que o estudo não é representativo da população brasileira, uma vez que os respondentes são altamente escolarizados e possuem renda elevada. Outra especificidade da amostra estudada compreende a alta adesão (50%) aos planos de previdência complementar. Os respondentes que possuem plano acertam mais questões de educação financeira, bem como declaram poupar maior parcela da renda para aposentadoria, muito embora esperem menor taxa de reposição. Mesmo com a alta escolaridade e renda dos respondentes ainda se faz necessário novos estudos sobre essa temática afim de reduzir inconsistências entre as expectativas e as decisões de poupança para a aposentadoria.

Reis, Borgis e Silva (2021) escreveram como objetivo principal descrever o perfil dos acadêmicos, verificar seu nível de conhecimento sobre educação financeira, analisar o seu comportamento financeiro e conhecer como pretendem

formar uma reserva específica para aposentadoria. A pesquisa foi realizada na universidade pública do centro oeste e foi dividido em três cursos: administração, ciências contábeis e pedagogia. Como resultado identificou-se que a unidade acadêmica pesquisada possuía 494 alunos matriculados; deste total, 292 participaram da pesquisa, perfazendo um total de 59,10%, uma amostra relevante, uma vez que mais da metade dos acadêmicos respondeu ao questionário, sendo 86 alunos de administração (29,45 %), 95 de ciências contábeis (32,54%), 37 de serviço social (12,67%) e 74 de pedagogia (25,34%). No que tange aos conhecimentos sobre previdência privada e previdência social, a pesquisa apontou que 55,2% dos pesquisados conheciam pouco sobre a previdência social, 38,3% conheciam bem e 6,6% não conheciam nada sobre previdência social. Em relação à Previdência privada, 61,7% conheciam pouco, 24,1% conheciam bem e 14,1% não conheciam nada. A grande maioria dos alunos (66,6%) disse ter conhecimento da poupança, 53,1% conheciam a previdência privada, 50,3% conheciam investimentos em bens móveis e imóveis e 46,6% conheciam também outros tipos investimentos financeiros que não haviam sido relacionados. Observou-se mais uma contradição nas respostas. Os acadêmicos afirmaram que tinham conhecimento suficiente para gerir suas finanças, o produto financeiro, porém, no qual eles mais investiam era a poupança, um ativo com um rendimento baixo, que rende em média 3,0 % ao ano. Outra contradição observada nas respostas dos alunos foi que, apesar de a grande maioria alegar que sabiam o que fosse educação financeira, já estivesse trabalhando, possuir controle sobre seus gastos e ter consciência da importância da formação de uma reserva para geração de renda após a aposentadoria, apenas a minoria (30,7%), de fato, tinha a disciplina de poupar com a finalidade de formar uma reserva financeira para ser utilizada após a aposentadoria. Na conclusão os acadêmicos da unidade pesquisada, eram predominantemente jovens do gênero feminino que possuíam até 25 anos de idade e já estavam inseridos no mercado de trabalho. A maior parte deles possuía conhecimentos sobre educação financeira e por isso se sentiam seguros para gerir suas finanças pessoais e praticavam o consumo consciente e racional. Eles possuíam pouco conhecimento sobre previdência privada e previdência social e o tipo de investimento que eles mais conheciam e no qual mais aplicavam seus recursos para formação de uma reserva financeira era a poupança, os acadêmicos eram controlados na utilização do cartão

de crédito, pois o utilizavam de forma moderada e não tinham o hábito de fazer compras parceladas no cartão.

Ribeiro (2020) em sua pesquisa usou na fundamentação teórica temas como a educação financeira e o planejamento para a educação financeira. O objetivo deste artigo é identificar como a educação financeira contribui para o planejamento da aposentadoria. A metodologia foi realizada mediante uma pesquisa qualitativa, foi estruturado um questionário direcionado a administradores, contadores, discentes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, com perguntas sobre o tema. Por meio desta pesquisa foi possível observar que aqueles que tiveram conhecimentos financeiros conseguem administrar melhor suas finanças e se planejar para o longo prazo, em relação àqueles que não tiveram esses conhecimentos, os quais, em alguns casos, não conseguem pagar suas contas do mês e estão despreparados para gastos de longo prazo, inclusive em relação à aposentadoria. Como resultado a maioria das pessoas não foram educadas financeiramente, e vale ressaltar que essa pesquisa foi feita com administradores, contadores, discentes de administração e de ciências contábeis, áreas que muitas vezes lidam com finanças e as quais há disciplinas sobre finanças durante o curso de graduação. Com base nas 108 respostas do questionário foi indicado que 55% da amostra não foi educada financeiramente e 45% foram educados financeiramente. A amostra foi separada em dois grupos e quando foi perguntado se eles faziam planejamento financeiro foi possível observar quão maior é o percentual das pessoas do grupo 1 nas alternativas de que sempre (47%) e que quase sempre (33%) fazem planejamento financeiro em relação ao grupo 2, que teve o percentual de sempre em 20% e quase sempre em 22%, e ainda quanto ao grupo 2, 5% das pessoas nunca fazem planejamento financeiro. Quando foram perguntados sobre o controle de gastos o grupo 1 indicou uma amostra maior com 67% e o grupo 2 indicou 31%. Já quando foram questionados se faziam planejamento para a aposentadoria o grupo 1 indicou 57% e o grupo 2 fez 42%. Na conclusão pôde-se observar que poucas pessoas tiveram contato com finanças nas escolas ou em seu ambiente familiar e muitas pessoas tiveram esse conhecimento de forma mais tardia, seja na graduação, ou por conta própria. Segundo os dados analisados, as pessoas que tiveram educação financeira apresentaram resultados mais positivos em suas respostas, ou seja, são pessoas que planejam mais e que estão mais preparadas para imprevistos. Tal consideração é a mesma quanto ao planejamento para a

aposentadoria, pois elas se mostraram mais preparadas para ele, diferentemente das pessoas que não tiveram educação financeira, visto que poucas se mostraram preparadas para esse momento.

4 METODOLOGIA

O estudo em questão quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo por utilizar questionários para analisar qual o conhecimento dos estudantes dos cursos de ciências atuariais, ciências contábeis e ciências econômicas sobre a educação financeira e a previdência. Para Lakatos, “a pesquisa descritiva delinea o que ela é, e aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Os resultados quanto à abordagem possuem uma metodologia quantitativa, pois conta com a coleta de informações de fontes primárias como aplicações de questionários on-line com objetivo principal de coletar dados para o estudo, segundo Knechtel (2014) “a pesquisa quantitativa é uma modalidade de pesquisa que atua sobre um problema humano ou social, é baseada no teste de uma teoria que é composta por variáveis quantificadas em números que são analisadas de modo estatístico”.

Em relação aos procedimentos a pesquisa se caracteriza como um levantamento do tipo Survey pois os dados foram levantados através de questionários, de acordo com estudos de Babbie (2005) esse tipo de estudo é definido como investigações de uma amostra de determinada população, no qual os resultados vão se basear nela evitando assim fazer um censo com a participação de todos. Os dados levantados são definidos pelo número de questões que são apresentadas as pessoas, tendo por objetivo conhecer crenças, valores, opiniões, expectativas e outras informações (Gil, 2007).

O questionário continha perguntas fechadas para identificar o perfil dos acadêmicos de cada um dos cursos, conhecer o nível de conhecimento que possuíam sobre educação financeira e previdência, saber quais os tipos de investimentos que eles conheciam, além de avaliar se possuíam conhecimento

sobre previdência privada e se faziam formação de uma reserva financeira para ser utilizada no futuro na fase inativa.

4.1 Procedimento de Coleta de Dados

O estudo foi realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com alunos dos cursos de Ciências Atuariais, de Ciências Contábeis e Ciências econômicas.

Os dados foram coletados por meio de questionário, aplicado de duas maneiras: presencial, em sala de aula com autorização do professor e também por meio do envio de um link do Google Forms (O conhecimento sobre a educação financeira e previdenciária dos alunos de ciências atuariais, ciências contábeis e ciências econômicas da UFPB - Formulários Google). Para se certificar de que não houvesse duplicidade de resposta pelo mesmo aluno, aquele que já havia respondido de forma on-line, não precisou responder de novo presencialmente. Ao aplicar o questionário nas salas era solicitado que os alunos que responderam online não precisavam responder e muitos deles devolveram os questionários pois já tinham respondido. Assim, obteve-se 266 questionários respondidos, sendo 184 no modo presencial e 82 no modo on-line. O quadro 1 mostra esse quantitativo por curso.

Tabela 1: Quantitativo de alunos respondentes do CCSA da UFPB

Curso	Questionários respondido: on-line	Questionários respondido: presencial	Total de respostas
Ciências Atuariais	23	37	60
Ciências Contábeis	44	119	163
Ciências Econômicas	13	30	43
Total geral	82	184	266

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados (2025).

A amostra geral foi realizada com 266 alunos dos quais 82 responderam por meio do Google Forms e 184 alunos responderam os questionários presencialmente em um período de 07/03/2025 a 13/03/2025. Ressalta-se que as coletas foram direcionadas para os alunos matriculados e cursando disciplinas como: Finanças aplicadas 1, finanças corporativas, finanças empresariais 2, mercado financeiro de

crédito e capitais, métodos quantitativos, elaboração e análise de projetos, história do pensamento econômico, finanças pessoais, teoria atuarial 2 e ética geral em atuária. Essas disciplinas foram escolhidas pois elas traziam uma compreensão sobre educação financeira e investimentos, e as outras turmas de atuariais foram escolhidas pois foram as que os professores estavam disponíveis no dia da aplicação dos questionários.

A estrutura do questionário, com perguntas fechadas, compreendeu quatro seções, sendo elas:

- 1) Perfil dos acadêmicos;
- 2) O conhecimento que possuem sobre a educação financeira, investimentos e aposentadoria;
- 3) Avaliação sobre o nível de conhecimento acerca dos tipos de investimentos oferecidos pelo mercado financeiro e que podem ser usados para a formação de reserva financeira para a aposentadoria.
- 4) Formação de reserva para a aposentadoria.

Por fim, do ponto de vista estatístico, de acordo com os estudos de Martins (2006) a amostragem pode se dar de maneira probabilística, na qual, é aquela que é conhecida e que difere de zero, ou a não probabilística que é aquela que a escolha dos respondentes não segue um modelo aleatório. A pesquisa a seguir é probabilística do tipo estratificada e diz respeito ao processo em que se divide a amostra em subpopulações mais ou menos homogêneas (Martins, 2006). Para isso, considerou-se um Erro máximo permitido de 5%, e um Nível de Confiança de 95% e uma proporção p estimada de 50%.

4.2 Resultados

Na seção 1 do questionário observa-se o perfil dos acadêmicos, iniciando com o percentual de estudantes por curso, conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Percentual de respondentes por curso.

Cursos	Quantidade	Porcentagem
Ciências Atuariais	59	22%
Ciências Contábeis	166	62%
Ciências Econômicas	41	16%
TOTAL	266	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A pesquisa foi realizada na UFPB e indicou que os respondentes foram 62% (aproximadamente 166 alunos) do curso de contabilidade; 22% (59 alunos) de ciências atuariais e 16% (41 alunos) do curso de economia.

Tabela 3 - Período do Respondente

Período	Quantidade	Porcentagem
Primeiro período	14	5%
Segundo período	17	6%
Terceiro período	33	13%
Quarto período	58	22%
Quinto período	17	6%
Sexto período	41	16%
Sétimo período	30	11%
Oitavo período adiante	60	21%
TOTAL	266	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A tabela 3 apresenta o percentual dos períodos de cada um dos alunos, mostrando que 22% dos alunos, ou seja, aproximadamente 58 alunos são do quarto período, seguido de 21% do oitavo período adiante que já são concluintes do curso e que representam quase 60 alunos, e em terceiro lugar os alunos do sexto período que representam 41 alunos (16%).

Tabela 4: Gênero dos estudantes

Gênero	Quantidade	Porcentagem
Masculino	148	55%
Feminino	118	45%
TOTAL	266	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A Tabela 4 mostra o percentual dos respondentes em relação ao gênero. Aliado à pesquisa, os dados evidenciam que o gênero masculino se sobressai na amostra com o percentual de 55% do total apurado.

Tabela 5: Idade dos respondentes

Idade	Quantidade	Porcentagem
18 a 25 anos	178	67%
26 a 33 anos	53	20%
34 a 41 anos	14	5%
42 anos ou mais	21	8%
TOTAL	266	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A Tabela 5 apresenta o percentual das idades, e vemos que a faixa etária de 18 a 25 anos é a predominante dentro da amostra com 67% do total da amostra que representada aproximadamente 178 alunos.

Tabela 6: Cor/Raça

Cor/Raça	Quantidade	Porcentagem
Preta	19	7%
Parda	134	50%
Branca	102	38%
Amarela	7	3%
Indígena	2	1%
Outros	2	1%
TOTAL	266	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

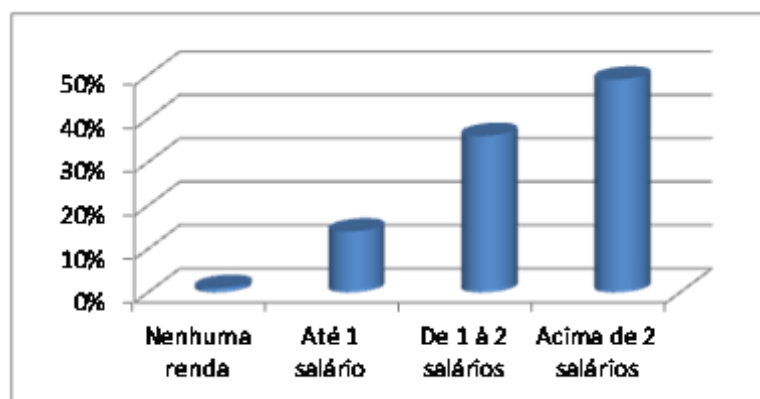
A Tabela 6 descreve acerca da cor/raça que os alunos se denominam, revelando que a cor “parda” representa o maior percentual com 50% do total apurado e mostrando aproximadamente que quase 134 alunos se denominam dessa cor/raça.

Tabela 7: Renda Familiar

Renda	Quantidade	Porcentagem
Nenhuma	3	1%
Até 1 salário mínimo	36	14%
De 1 a 2 salários mínimos	96	36%
Acima de 2 salários mínimos	131	49%
TOTAL	266	100%

Fonte: E(2025).

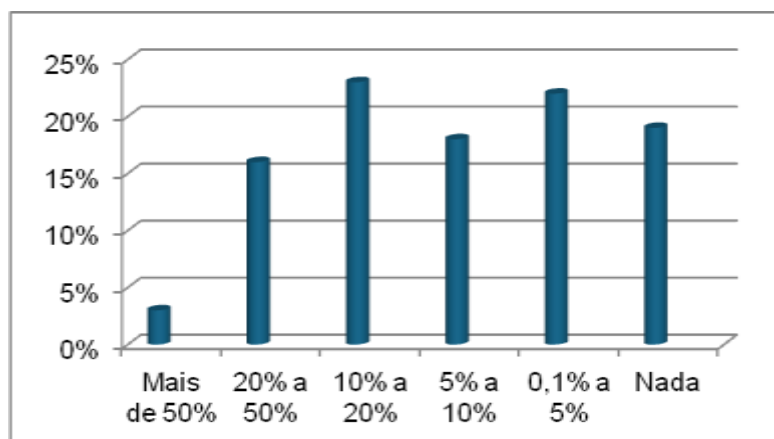
Gráfico 1 – Renda Familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A Tabela 7 e o Gráfico 1 descrevem a renda familiar dos alunos respondentes e estão localizados na seção 1 do questionário, constatando que a maioria recebe acima de dois salários-mínimos com 49% do total.

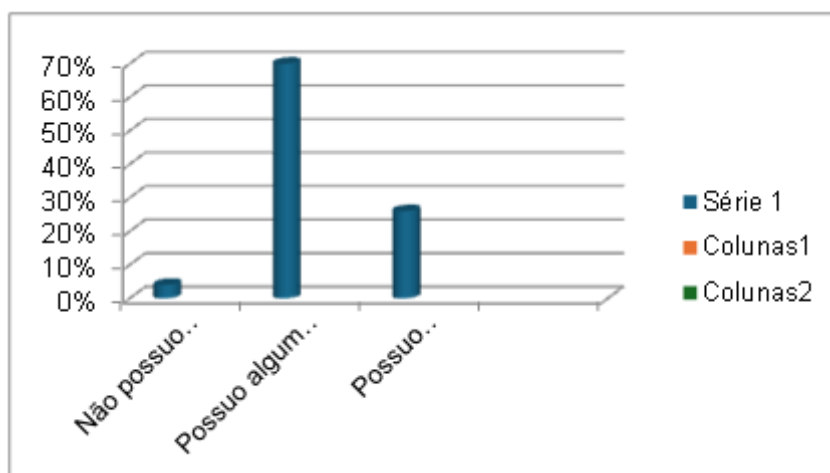
Gráfico 2 – Quanto você poupa da renda?



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 2 inicia as perguntas referentes a seção 2 do questionário que vai até o gráfico 6 e que busca responder quais são os conhecimentos sobre a educação financeira dos alunos dos cursos de Atuária, Contabilidade e Economia da UFPB. A amostra revela que 23% (aproximadamente 63 alunos) poupam do seu salário de 10% a 20% do que ganham.

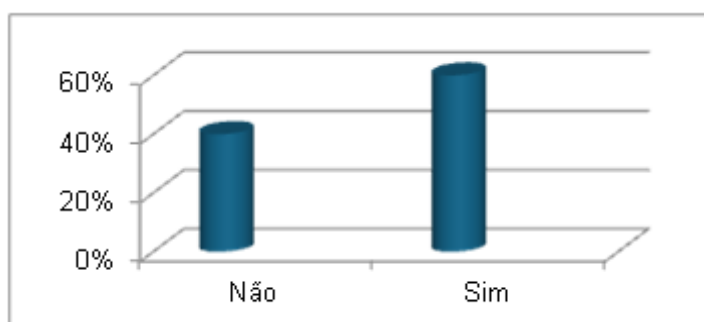
Gráfico 3 – O conhecimento sobre a educação financeira dos estudantes



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 3 apresenta o percentual em relação ao conhecimento sobre educação financeira das amostras coletadas. Em conformidade com a pesquisa, os dados revelaram que a resposta “Possuo algum conhecimento” obteve maior percentual com 70% (185 alunos) do total de amostra apurada seguida pelos que disseram possuir conhecimento suficiente com 26% (70 alunos) do total apurado. E por último, a resposta “Não possuo conhecimento” indicou 4% (10 alunos).

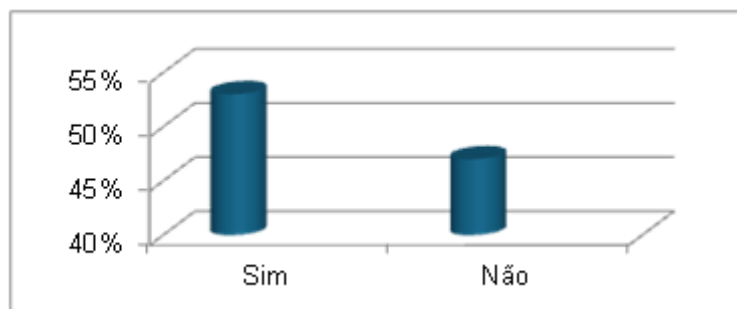
Gráfico 4 – O conhecimento sobre os planos de previdência social dos alunos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 4 mostra o conhecimento dos alunos sobre os planos de previdência social, a resposta “Sim” obteve o maior percentual com 60% (160 alunos) das respostas, e em seguida, observa-se a resposta “Não” com 40% (105 alunos).

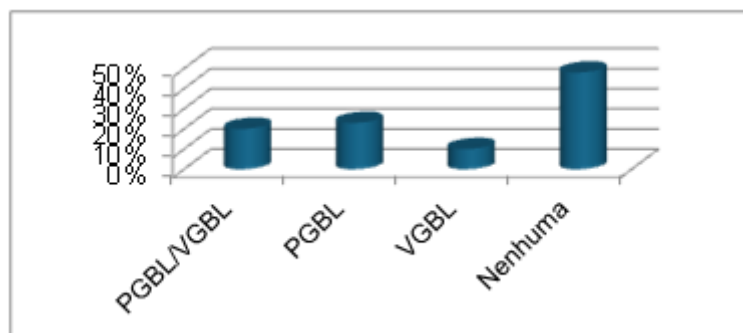
Gráfico 5 – O conhecimento sobre os benefícios dos planos de previdência privada



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 5 reforça o conhecimento dos respondentes em relação a se eles conhecem ou não os benefícios dos planos de previdência privada. A maioria respondeu que “Sim” indicando 53% (139 alunos), em contrapartida, 47% (126 alunos) responderam que “Não” possuem conhecimento.

Gráfico 6 – Planos de Previdência Privada

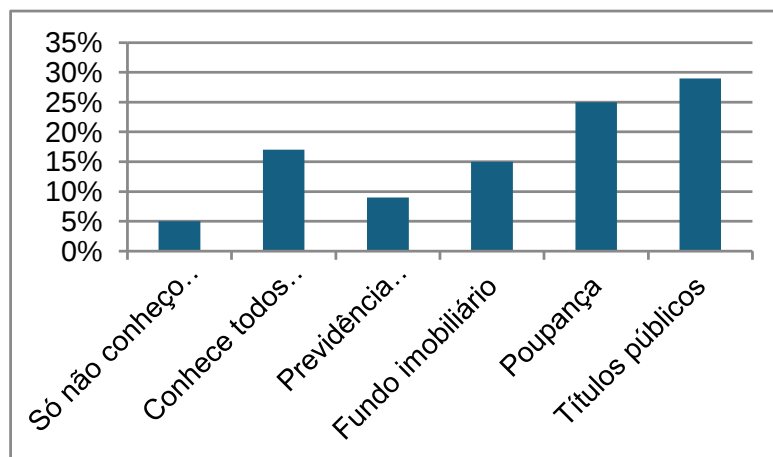


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 6 revela o conhecimento acerca dos planos de previdência, sendo a resposta “Nenhum” com o maior percentual (48%) (127 alunos), seguido por pessoas que descreveram que conheciam os dois planos tanto o PGBL como o VGBL com 19% (52 alunos) e, por último, o VGBL como o menos conhecido com 10% (26 alunos).

A terceira seção, iniciada a partir do gráfico 7 e que vai até o gráfico 9 e buscou responder se os discentes conheciam os investimentos do mercado financeiro que podem ser usados para a formação de reserva financeira para a aposentadoria. Nessa questão foi apresentada aos alunos uma lista dos investimentos conhecidos no mercado financeiro, sendo solicitado que marcassem todos aqueles que conheciam, portanto, poderiam marcar mais de uma opção.

Gráfico 7 – Investimentos do Mercado Financeiro conhecidos pelos estudantes



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

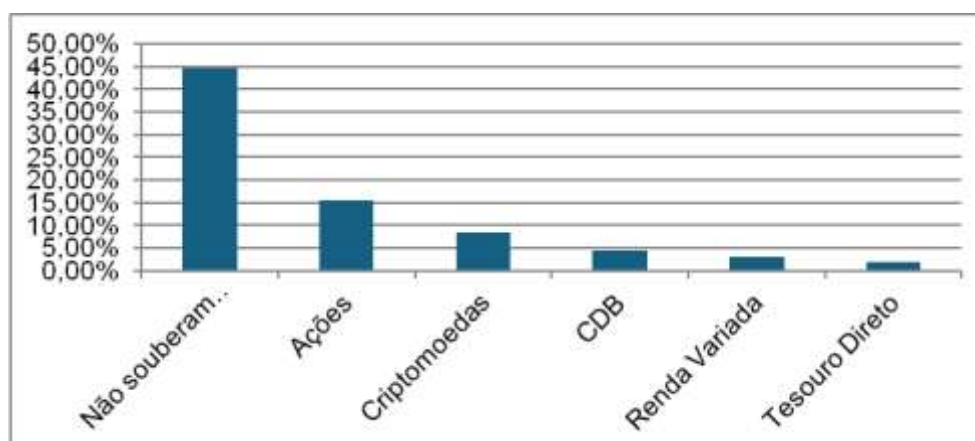
Tabela 8: Conhecimento sobre os investimentos do mercado financeiro

Nível de conhecimento	Quantidade	Porcentagem
Poupança	67	25%
Previdência privada	21	8%
Fundo imobiliário	36	14%
Títulos Públicos em renda fixa	78	28%
só não conhece a Previdência privada	14	6%
conhece todos os investimentos do questionário	45	17%
Só não conhece os títulos públicos	2	1%
só não conhece o fundo imobiliário	3	1%
TOTAL	266	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A maior porcentagem indicada como o investimento mais conhecido foram os títulos públicos em renda fixa com 28%. Logo em seguida, a Poupança com 25% do total apurado. Notou-se alunos dizendo que possuem algum conhecimento sobre a educação financeira, porém quando é perguntado sobre os investimentos que eles conhecem alguns só conseguem eleger a “Poupança” que é um produto financeiro de conhecimento geral, ou seja, muitos não conheciam a Previdência privada.

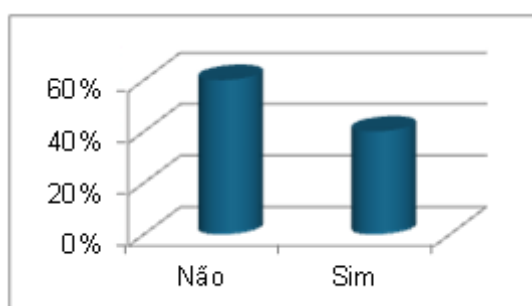
Gráfico 8 – Resposta aberta sobre os Investimentos que os estudantes conheciam



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na questão 13 do questionário foi perguntado se os alunos conheciam outro investimento do mercado financeiro diferente dos citados anteriormente, e dentro da amostra 45% não souberam responder, seguidos de 16% que responderam “Ações” e 8% que responderam “Criptomoedas”. Além disso, algumas respostas como “CDB”, “LCI”, “LCA”, “Tesouro direto”, “Opções”, “Derivativos”, “Fiis, Fundos de investimentos, Stocks, Reits, ETF's, Criptoativos”, “Commoditie”, “Stocks, reits, fiis, criptomoedas, ações”, “Geração de curto prazo na B3”, “Renda variável, ações como PETR3, por exemplo.

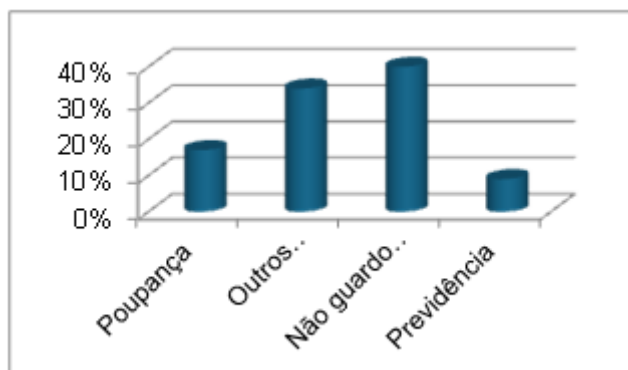
Gráfico 9 – O conhecimento sobre o regime de previdência complementar



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 9 descreve o nível de conhecimento dos respondentes sobre o regime de previdência complementar e mostra que a resposta “Sim” obteve 40% (105 alunos) e a resposta “Não” indicou 60% (160 alunos), mostrando que a maioria dos respondentes não tem conhecimento suficiente sobre os regimes previdenciários.

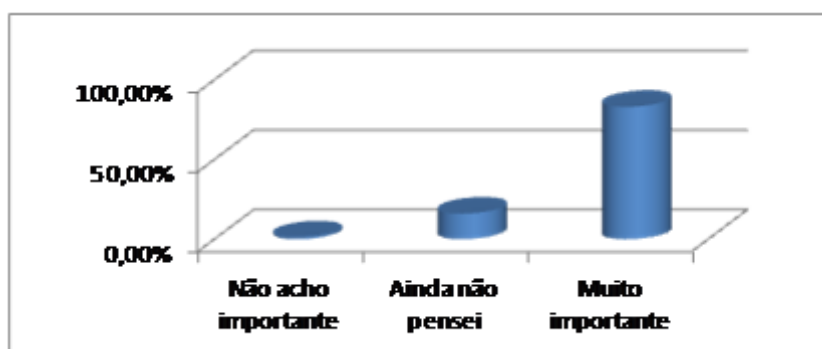
Gráfico 10 – Os investimentos para formar reserva financeira para a aposentadoria



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A seção 4 aborda os temas sobre a formação de reserva para a aposentadoria, e aborda os assuntos do gráfico 10 até o gráfico 13. O Gráfico 10 traz informações sobre quais investimentos os alunos já fazem pensando no futuro na aposentadoria, e 40% (107 alunos) responderam que “Não guardam dinheiro para isso”, 34% (90 alunos) responderam que fazem investimento em outros recursos financeiros que não são a poupança e nem a previdência privada.

Gráfico 11 – Quão importante é para os estudantes a formação de reserva financeira para a aposentadoria

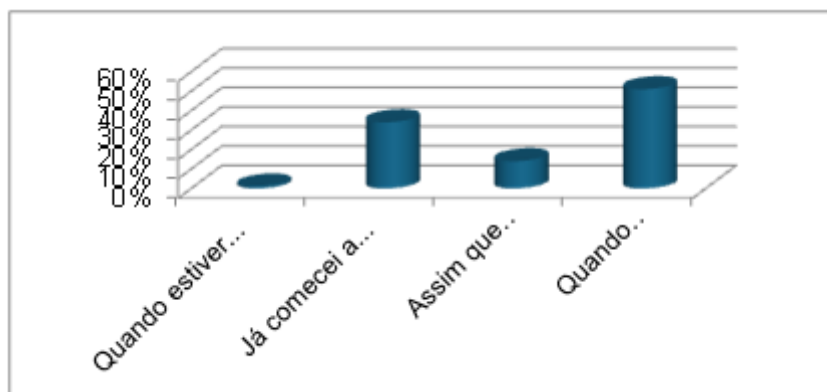


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 11 revela o quão importante os alunos avaliaram a formação de reserva financeira para a futura aposentadoria e a maioria classificou como “Muito importante” com 83% (221 alunos) dos votos, seguido pela resposta “Ainda não pensei sobre esse assunto” que indicou 16% (42 alunos). Os alunos apesar de saberem a importância de formar reserva, ainda não colocam em prática no dia a dia. De acordo com Dietrich e Braidó (2016) os indivíduos que possuem conhecimento sobre educação financeira e que fazem carteira de investimento ou contratam um plano de previdência privada, conseguirão alcançar uma estabilidade

financeira maior do que as pessoas que não fazem nenhum investimento ou não se preocupam com o futuro.

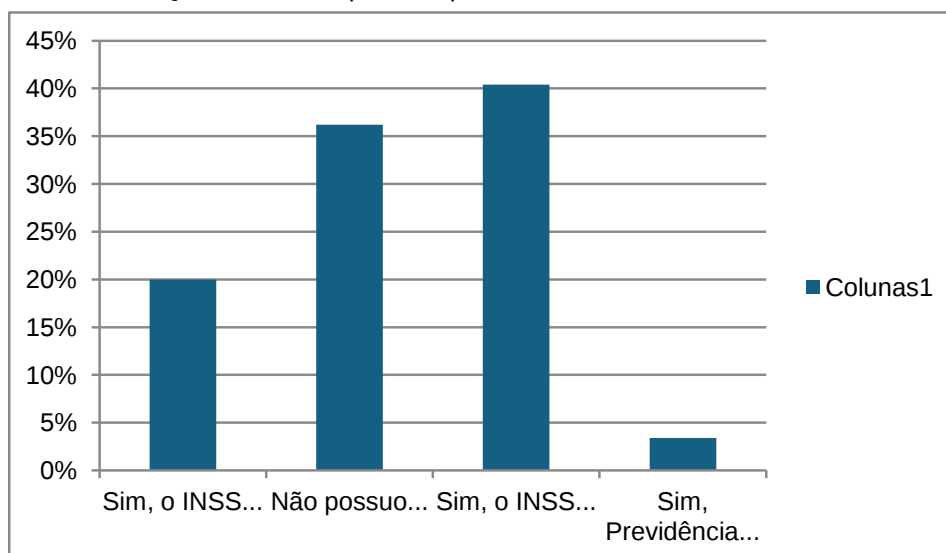
Gráfico 12 – Quando os alunos pensam em formar reserva para a aposentadoria



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 12 revela o que os alunos responderam quando foi perguntado para eles quando pensam em formar reserva para a aposentadoria, respondendo “Quando possuir mais estabilidade financeira” com 51% (134 alunos) do total apurado. Em segundo lugar os alunos responderam que “Já começaram a formar reserva” com 34% (90 alunos). O que se vê nesse caso é que os acadêmicos adotam a mesma atitude dos jovens comentados por Cerbasi (2014), ou seja, eles são imediatistas e por isso não pensavam na aposentadoria por considerar um futuro distante.

Gráfico 13 – Quais os Plano para a Aposentadoria dos estudantes



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 13 revela que 41% (107 alunos) já fazem reserva por meio do INSS, 36% (96 alunos) afirmam que “Não possuem nenhum plano de previdência”, 20% (53 alunos) responderam que “possuem o INSS e a previdência complementar” e por último 3% (9 alunos) responderam que possuem apenas a previdência complementar. O que se pode observar é que a maioria dos respondentes, até o momento, não tem nenhum tipo de planejamento.

5 CONCLUSÃO

A análise teve como objetivo principal identificar como é o conhecimento sobre a educação financeira e previdenciária dos alunos de ciências atuariais, ciências contábeis e ciências econômicas da UFPB para isso foram aplicados questionários de forma online que obteve 82 respostas de forma online e 184 de forma presencial, esses dados foram controlados para não terem duplicidade e serem validados para o estudo.

A maioria dos alunos que responderam aos questionários eram do gênero masculino com 56% da amostra, eram jovens pois 67% tinham uma faixa etária de idade de 18 a 25 anos, boa parte também já estavam inseridos no mercado de trabalho, tendo em vista que 49% tinham uma renda familiar acima de dois salários-mínimos e que 40% já contribuía com o INSS.

Verificou-se que 70% dos respondentes afirmaram que “possuíam algum conhecimento” sobre educação financeira e previdência, em contrapartida, quando foi perguntado para os alunos se eles conheciam os planos de previdência como o PGBL e VGBL eles não sabiam responder, e 48% dos alunos responderam que não conheciam nenhum dos dois, e apenas 20% disseram que conheciam os dois, sendo nessa opção a maioria dos alunos de atuária por cursarem disciplinas voltadas à previdência complementar. Complementarmente, uma das turmas de economia que está entre o 6º e 8º período também responderam que sabiam a definição do PGBL e VGBL. “Já no curso de contabilidade, a maioria respondeu que “Não conheciam” nenhum dos dois”. Quando foi questionado quais investimentos do mercado financeiro eles possuem conhecimento 29% disseram que eram os “Títulos públicos em renda fixa”, e quando foi perguntado se eles conheciam algum outro produto financeiro diferente dos que foram citados, cerca de 45% não souberam responder e quando os alunos responderam a maior parte das respostas foram respostas triviais como 16% investimento em ações na bolsa de valores, seguida por 8,3% que responderam o mercado das criptomoedas, outros citaram “opções, renda fixa ou variável, derivativos, tesouro direto, CDB, LCI, LCA, FII’S”.

Quando os alunos foram indagados se conheciam a previdência complementar 60% responderam que não conheciam, além disso, eles foram interrogados em quais investimentos eles faziam para acumular reserva para a

aposentadoria e a maioria respondeu que não guardava dinheiro para isso (40%), entretanto 34% responderam que investia em outros investimentos financeiros, o que mostra que pelo menos alguns ainda investem em produtos financeiros que dão retorno. No entanto, 17% dos alunos ainda responderam poupança, sugerindo pouquíssimo conhecimento em finanças, dados o conteúdo já visto em sala de aula.

Quando foi questionado aos alunos se eles classificam importante formar ou não reserva para a aposentadoria 83% disseram que é “Muito importante”. Outro questionamento feito foi quando os alunos pretendem começar a formar reserva e 51% responderam que apenas “Quando possuir mais estabilidade financeira”, 34% que “Já começou a formar reserva” e 14% que pensa em formar reserva quando concluir a graduação.

Acredita-se, porém, que os acadêmicos adiam a formação de reserva para aposentadoria porque são jovens e, por isso, são imediatistas, ou seja, não pensam na aposentadoria por considerar um fato futuro ainda muito distante. A última pergunta feita aos respondentes foi se eles possuem plano para a aposentadoria e 40% disse que contribui com o INSS, seguido por 36% que descreveu que não possui nenhum plano de previdência e 20% que disse que investe tanto no INSS como na previdência complementar, essa última situação é a mais indicada de acordo com Dietrich e Braido (2016), pois quem investe em previdência privada ou carteira de investimento, consegue ter mais estabilidade financeira no período pós-laboral do que quem não investe em nenhum. Observa-se com os dados que mesmo os alunos avaliando como “Importante” fazer reserva financeira para aposentadoria, eles não fazem nenhum tipo de planejamento ou orçamento financeiro pensando no futuro e isso muitas vezes pode ser causado pela falta de conhecimento no assunto.

Diante do exposto, de acordo com os resultados da pesquisa infere-se que os estudantes possuíam ausência de conhecimento acerca de educação financeira e previdenciária, e por mais que soubessem a importância de formar reserva, grande parte deles não colocam isso em prática por meio de um planejamento financeiro, adiando esse investimento, apesar de já estarem no mercado de trabalho e possuir independência financeira.

Por meio disso, o presente estudo sugere que o que leva a população a não investir ou fazer qualquer tipo de investimento como uma previdência privada ou investir fundos imobiliários, CDB, LCI, LCA, ações do banco do Brasil, Petrobrás ou caixa é a falta de conhecimento mais aprofundado sobre os temas abordados, pois

vale ressaltar que eles provavelmente não são debatidos desde a infância nas escolas, com seus familiares ou na sociedade.

Por fim, sugere-se que atividades, principalmente no âmbito acadêmico, possam ser repensadas de modo que transformem culturalmente a longo prazo condutas referentes às finanças pessoais, levando o indivíduo a se planejar e se proteger financeiramente no futuro. Medidas que podem ser tomadas para reduzir essa problemática incluem: ações por meio das instituições públicas que devem criar programas de ensino voltados aos estudantes para tirar suas dúvidas quanto às finanças e o planejamento financeiro para se aposentar promover debates com a comunidade, buscar por meio de projetos de extensão alcançar estudantes do ensino médio para que eles possam adquirir mais conhecimento sobre como investir, poupar, sobre juros, a como não se endividar e a conhecer sobre educação financeira e previdência.

Para pesquisas futuras, sugere-se realizar esta mesma investigação em outras unidades acadêmicas públicas e em instituições privadas para comparação dos resultados com o intuito de obter mais contribuições sobre esse tema para o meio acadêmico.

5.1 Limitações

As dificuldades encontradas durante a aplicação do estudo foi o acesso as turmas dos cursos de Ciências atuariais, Ciências contábeis e Ciências econômicas. Além disso, é válido destacar que teve a falta de assiduidade de alguns alunos e a falta de comprometimento em preencher os questionários, já que muitos respondiam de qualquer forma e deixavam perguntas abertas em branco. Outras adversidades encontradas foram o acesso as salas de aula, pois alguns professores não tinham disponibilidade para a aplicação dos questionários, e os alunos que estavam em períodos diferentes. A aplicação através do google forms trouxe desafios no que concerne a ter tido poucas respostas dos alunos e pouco interesse de alguns em responder, por isso, para complementar a amostra foram realizados questionários presenciais. Outro fator que se destaca é a possibilidade de várias interpretações do que os alunos consideram sobre ter ou não o conhecimento da educação financeira e previdenciária, podendo não ser padronizada por ser uma informação autodeclarada. Entretanto, considera-se que mesmo com as limitações os resultados

encontrados são validos. Para pesquisas futuras, sugere-se realizar esta mesma investigação em outras unidades da universidade pública e em instituições privadas para comparação dos resultados.

REFERÊNCIAS

ARCURI, N. (2018). Me poupe! Dez passos para nunca mais faltar dinheiro no seu bolso. Sextante

BABBIE, E. Métodos de pesquisa de survey. 3. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 519p.

Banco Central atualiza números sobre o endividamento de risco. **BANCO CENTRAL**. 30 de nov. de 2023. Disponível em: Banco Central atualiza números sobre o endividamento de risco] acesso em: 10, fev. de 2025.

BANCO DO BRASIL. disponível em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos/analise-de-perfil-do-investidor#/>
Acesso em: 14 jul.2024

BARONI, Marcos; BASTOS, Danilo. Guia Suno Fundos Imobiliários: Introdução sobre investimentos seguros e rentáveis.

BRITO, Osias. **Descomplicando os investimentos pessoais**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.2. ISBN 9786587958125. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786587958125/>. Acesso em: 07 out. 2024.

CALADO, Luiz Roberto; SANTOS, Deodete Cunha dos. Educação Financeira e Planejamento para a Aposentadoria: Um Estudo de Caso com Alunos da PósGraduação. Práticas em Contabilidade e Gestão, v. 6, n. 2, p. 1-27, dez. 2018.

CERBASI, G. (2014). Adeus, aposentadoria. Como garantir seu futuro sem depender dos outros. Sextante.

DIETRICH, J. & Braido; G. M. (2016, maio, agosto). Planejamento financeiro para a aposentadoria. Um estudo com os alunos do curso de especialização de uma instituição de ensino superior. Revista de Sociedade, contabilidade e gestão, 11(2), 29-52. <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13378/9200>

FACIONI, Sabrina, and Luís Eduardo Afonso. "A relação entre educação financeira e aposentadoria: as decisões previdenciárias dos indivíduos são consistentes." Congresso USP Controladoria e Contabilidade. São Paulo: FEA-USP. 2020.

FERREIRA, Roberto G. **Tesouro Direto e Outros Investimentos Financeiros: LTN, LFT, NTN, CDB, RDB, LCI e LI: Planos Financeiros e Atuariais de**

Aposentadoria. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. E-book. p.159. ISBN 9788522494965. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978852249496/>. Acesso em: 07 out. 2024.

FERREIRA, A. B. de H. (2010). **Dicionário da língua portuguesa** .(5a ed.) Positivo.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/Como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf . Acesso em: 04 de maio de 2025.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. **RPPS e RGPS: o que é a previdência pública**. João Pessoa: [^2022^]. Disponível em: apostila-07.pdf . Acesso em: 05 de maio de 2025.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. **SUSEP - Definição PGBL E VGBL**. João Pessoa: [^2022^]. Disponível em: [PGBL & VGBL — SUSEP - Superintendência de Seguros Privados](#). Acesso em: 05 de maio de 2025.

GURGEL, Iago. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SEGUROS DE VIDA: Perspectiva dos alunos de Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas**. 2016. TCC (graduação) - Curso de Ciências Atuariais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2025. Disponível em: Repositório Institucional da UFPB: Educação financeira em seguros de vida: perspectiva dos alunos de administração, ciências atuariais, ciências contábeis e ciências econômicas . Acesso em: 05 de maio de 2025.

LANZARA, A. P.; SILVA, B. S.. As reformas previdenciárias no Brasil e a expansão da previdência complementar. **Revista brasileira de ciências sociais**, v.38, n.111, p. e3811011, 2023.

LEAL, Douglas Tavares Borges; MELO, Sheila de. A contribuição da Educação Financeira para a formação de Investidores. 2007. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/11semead/resultado/trabalhosPDF/42.pdf> Acesso em: 04 de maio de 2025

LEME, Fabrício Augusto Aguiar. História da previdência no Brasil até a reforma previdenciária e as imposições de dificuldades para a aposentadoria por idade para as mulheres.

LISTADOS A VISTA E DERIVATIVOS. BM&FBovespa(2016).Ações.http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/rendavariavel/acoes.htm#panel1a. Acesso em: 04 de maio de 2025.

MARTINS, G. A. (2006). Estatística geral e aplicada (3a. ed.). Atlas

NESE, Arlete, e Fabio Giambiagi. Fundamentos da Previdência Complementar - Da Administração à Gestão de Investimentos. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019.

NETO, Alexandre A. **Mercado Financeiro**. 15th ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.1. ISBN 9788597028171. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597028171/>. Acesso em: 07 mar. 2025.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Comissão de Valores Mobiliários (2005) Recomendação sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira. [https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf)

REIS , L. C. .; BORGIS, M. O. .; SILVA, V. G. M. Financial education: Retirement from the perspective of academics from a public university in the central west of Minas Gerais. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e184910111638, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11638. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11638>. Acesso em: 2 out. 2024.

RIBEIRO, Ana Carolina. A contribuição da educação financeira para o planejamento da aposentadoria. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 03, Vol. 01, pp. 29-46. Março de 2022. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/planejamento-da-aposentadoria>,DOI:10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/planejamento-da-aposentadoria. Acesso em: 20 jun. 2024

TORRES, F. C. D. (2012, março).Seguridade social: conceito constitucional e aspectos gerais. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, 98. http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11212

**APÊNDICE A - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO SOBRE:
Compreender o nível de conhecimento sobre a educação financeira e
previdenciária dos alunos dos cursos de Ciências Sociais Aplicadas
(Ciências Atuariais, Contábeis e Economia) da UFPB.**

Finalidade: Subsidiar informações para a realização da pesquisa

Pesquisa: A educação financeira e a aposentadoria: sob a visão dos alunos de finanças da UFPB

Orientador: Anna Paola

Aluna: Chainá Carvalho de Sousa Moura.

SEÇÃO 1 - Perfil dos Acadêmicos (Dados gerais)

1- Qual é o seu curso na UFPB?

- ☐ Ciências Atuariais
- ☐ Ciências contábeis
- ☐ Ciências econômicas

2- Em que período você está?

- ☐ 1 período
- ☐ 2 período
- ☐ 3 período
- ☐ 4 período
- ☐ 5 período
- ☐ 6 período
- ☐ 7 período
- ☐ 8 período

3- Qual é o seu Gênero?

- ☐ masculino
- ☐ Feminino
- ☐ outros

- 4- Qual é a sua Idade?
- ☐ 18 a 25 anos
 - ☐ 26 a 33 anos
 - ☐ 34 a 41 anos
 - ☐ 42 anos ou mais
- 5- De que Cor/raça você se denomina ?
- ☐ Preta
 - ☐ Parda
 - ☐ Branca
 - ☐ Amarela
 - ☐ Indígena
 - ☐ outro
- 6- Qual é a sua Renda Familiar ?
- ☐ Nenhuma renda
 - ☐ Até 1 salário mínimo
 - ☐ De 1 à 2 salários mínimos
 - ☐ Acima de 2 salários mínimos.

SEÇÃO 2 - Conhecimentos dos acadêmicos sobre educação financeira

- 7- Quanto da sua renda você poupa?
- ☐ Nada
 - ☐ 0,1% a 5%
 - ☐ 5% a 10%
 - ☐ 10% a 20%
 - ☐ 20% a 50%
 - ☐ mais de 50%
- 8- Qual é o seu Conhecimento sobre educação financeira?
- ☐ Não possuo conhecimento
 - ☐ Possuo algum conhecimento
 - ☐ Possuo conhecimento suficiente
- 9- Você conhece os planos de previdência social?
- ☐ Sim
 - ☐ Não

10-Conhece os benefícios dos planos de previdência privada?

☐ Sim

☐ Não

11-Sobre os planos de previdência quais conhece?

☐ PGBL

☐ VGBL

☐ Nenhum

SEÇÃO 3 - Nível de conhecimento dos discentes em relação aos tipos de investimentos oferecidos pelo mercado financeiro e que poderiam ser utilizados para formação de uma reserva para utilização na aposentadoria.

12- Quais desses investimentos do mercado financeiro vocês possuem conhecimento sobre?

☐ Poupança

☐ Previdência Privada

☐ fundo imobiliário (bens móveis e imóveis)

☐ títulos públicos em renda fixa

13- Descreva abaixo algum outro investimento do mercado financeiro diferente dos citados anteriormente.

14-Você tem conhecimento do regime próprio de previdência complementar?

☐ Sim

☐ Não

SEÇÃO 4 - Formação de reserva para a aposentadoria

15- Quais os investimentos você faz para formar reserva financeira para a aposentadoria?

☐ Poupança

☐ Previdência privada

☐ outros investimentos financeiros

☐ não guardo dinheiro para isso

16- Quão importante você classifica a formação de reserva financeira para a aposentadoria?

- ☐ muito importante
- ☐ ainda não pensei sobre esse assunto
- ☐ não acho importante

17- Quando você pensa em formar reserva financeira para a aposentadoria?

- ☐ já comecei a formar reserva
- ☐ assim que concluir a graduação
- ☐ quando possuir mais estabilidade financeira
- ☐ quando estiver próximo da aposentadoria

18- Você possui plano para a aposentadoria?

- ☐ Sim, INSS
- ☐ Sim, previdência complementar
- ☐ Sim INSS e previdência complementar
- ☐ Não possuo nenhum plano de previdência.

Emitido em 13/05/2025

RELATÓRIO Nº 13/2025 - CCSA - CCA (11.01.13.13)
(Nº do Documento: 13)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/05/2025 21:13)
VERA LUCIA CRUZ
COORDENADOR(A) DE CURSO
1777745

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
13, ano: **2025**, documento (espécie): **RELATÓRIO**, data de emissão: **13/05/2025** e o código de verificação:
9c4563b168